

Conservação do Património: estratégias e oportunidades. Uma reflexão a partir do caso português

*Heritage Conservation: Strategic planning and opportunities.
Areflexion based on the portuguese situation*

Isabel Raposo de Magalhães
Secretaria de Estado da Cultura
magalhaes.isabel@gmail.com

■ Introdução

Reflectir sobre os novos desafios que se colocam à conservação, valorização e divulgação do património é sempre estimulante. Tanto mais no contexto de crise económica em que estamos mergulhados, que nos obriga a ser ainda mais inventivos na procura de meios, de oportunidades e de soluções para ultrapassar os constrangimentos e dificuldades do nosso quotidiano.

Vivemos uma época em que se afirmou como factor de desenvolvimento, em todos os domínios de actividade, a aposta na multidisciplinaridade, na investigação científica e na inovação tecnológica, só possível no quadro de um estreito relacionamento entre o Estado, as Universidades e a sociedade civil.

Portugal afina pelo diapasão europeu na maioria das grandes questões e reflexões da conservação e restauro neste momento. Seja ao nível da formação, da profissionalização e da certificação dos intervenores, da atenção dada à conservação preventiva, da necessidade de encontrar processos e soluções sustentáveis, como pela preocupação de investir em projectos que impliquem uma maior comunicação, envolvimento e responsabilização dos cidadãos na salvaguarda e preservação do património cultural.

Em muitos países se discute o papel do Estado nesta área, se incentiva as instituições públicas a procurarem parcerias e formas alternativas de financiamento. Cada vez mais se trabalhará em projectos transversais, rentabilizando meios e recursos, partilhando saberes e experiências, com as Universidades e centros de investigação, beneficiando das oportunidades abertas pelos progra-

mas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pelas candidaturas ao QREN, ao Instituto de Turismo ou a projectos europeus. Este é o futuro. Porque o mundo mudou nos últimos anos: filosofias, práticas, políticas, contextos, circunstâncias... Também neste mundo apaixonante do património e da sua conservação se deram mudanças significativas.

■ Um pouco de história

Durante muitos anos a intervenção no património foi programada de forma coerente, baseada numa estreita colaboração entre os organismos com responsabilidades neste campo: o Instituto José de Figueiredo (IJF), o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), depois Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), de que beneficiaram monumentos, igrejas, conventos, palácios e demais instituições detentoras de acervos e colecções, a nível nacional.

Este modelo de abordagem integral (começava-se pela recuperação dos edifícios para depois se proceder ao restauro de pinturas, esculturas, retábulos, cadeirais, frescos ...) vigorou num contexto em que só as instituições do Estado intervinham na recuperação do património do País e os institutos especializados estavam dotados de meios técnicos e humanos para desempenhar a sua missão.

Consciente da necessidade de dispor de estruturas que pudessem dar resposta a nível local, o IPPAR viria, posteriormente, a criar centros de conservação e restauro

em Braga, Viseu, Batalha e Évora, com as valências de formação e acompanhamento técnico das intervenções no Património classificado.

No entanto, o panorama da conservação em Portugal mudou radicalmente nas últimas décadas. Fruto do investimento feito na formação de conservadores-restauradores (desde o início dos anos 80) há, actualmente, empresas e profissionais qualificados que operam no mercado. Também o modelo de formação inicial - na órbita das instituições do património e destinada a integrar os seus serviços (como o curso criado em 1980 no IJF) ainda continuado pela Escola Superior de Conservação e Restauro (no aspecto de estar ainda na órbita do Ministério da Cultura, beneficiando de uma tutela dupla Cultura/Ensino Superior, mas que já formou para o “mercado”) se alterou com a integração desta formação no sistema nacional de ensino, passando para as universidades e politécnicos.

Por outro lado, com a extinção da DGEMN, a redefinição da missão do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico (IGESPAR) e a redução do Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR) a dois Departamentos do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), acabou o tempo do envolvimento sistemático e exclusivo do Estado na recuperação do património, através dos seus serviços.

■ Eixos estratégicos

Neste novo paradigma, o Estado tenderá, pois, a ser cada vez mais um parceiro normativo e regulador, difusor de boas práticas e de metodologias adequadas, centrando a sua actuação no acompanhamento técnico e fiscalização, garantindo padrões de qualidade e rigor nos processos de conservação, e reservando a intervenção directa para peças excepcionais e intervenções exemplares que possam servir de referência futura.

Recuperar património significa estudar, investigar, conservar. Mas significa igualmente formar técnicos qualificados, certificá-los, acompanhar e fiscalizar a sua actuação.

No campo da formação, Bolonha veio potenciar a interface entre o ensino e o mundo do trabalho, reforçando o papel de complementaridade dos serviços do Estado, recebendo estágios profissionais, co-orientando estágios

curriculares e teses de mestrado ou doutoramento.

Foi decisiva a aposta feita na Regulamentação da Lei do Património e na elaboração de uma proposta de projecto de diploma de Acreditação dos conservadores-restauradores, como instrumentos maiores de uma política patrimonial. A recente regulamentação da Lei do Património (Decreto-Lei n.º 140/09) vem consagrar os requisitos exigíveis para os responsáveis por intervenções em património classificado: 5 anos de formação superior em conservação e restauro de acordo com as recomendações definidas pela ECCO (European Confederation of Conservator-Restorers' Organizations) e pela rede ENCoRE (European Network for Conservation-Restoration Education) seguidos de mais 5 anos de experiência de trabalho, algo de pioneiro a nível internacional.

Nesse sentido, o Decreto-Lei n.º 140/09 fomenta o incremento da cooperação institucional: entre o IMC, o IGESPAR, as Direcções Regionais de Cultura, Autarquias, Dioceses, Misericórdias e particulares, para garantir o acompanhamento, de forma coordenada, das intervenções de requalificação do património. Porque é atribuição do IMC e do IGESPAR autorizar e fiscalizar obras em património classificado, devendo estar disponíveis para proceder ao levantamento do estado de conservação, estabelecer critérios, apreciar propostas e acompanhar as intervenções entregues a particulares.

■ Desafios recentes

Realidades como a noção de sustentabilidade, de recursos limitados ou, ainda, de protecção do meio ambiente vieram introduzir novas abordagens e metodologias à conservação do património. Também a crescente tendência, sobretudo na arte contemporânea, para utilizar suportes efémeros ou tecnológicos prefigura questões de conservação a um outro nível.

Por outro lado, a consciência de que a conservação ultrapassa o universo dos especialistas (Carta de Burra, Austrália) e deve ter em conta a opinião dos “stakeholders” directamente envolvidos: populações, público “fruidor...”, introduz um factor subjectivo e perturbador pelo relativismo cultural que contém.

Eis alguns dos assuntos na ordem do dia, no universo da conservação:

a) A análise e gestão de riscos, investindo na salvaguarda e prevenção, de forma a atingir uma conservação a longo prazo, e no alargamento da esfera de responsabilidades, que deve extravasar o domínio dos serviços públicos, englobando a sociedade.

O projecto europeu Preventive Conservation Strategy que culminou com a assinatura do Documento de Vantaa aponta para a conservação preventiva como instrumento eficaz e sustentável de gestão das colecções. Mas vai mais longe ao preconizar um maior envolvimento do público, do visitante, que se deve sentir responsável por uma herança que é sua.

Quantas vezes, depois de investimentos significativos em obras de recuperação de monumentos não aparecem “graffiti”, elementos partidos, estragos voluntários que desfiguram e desvirtuam as obras. Daí a importância de envolver o público, consciencializando-o de que a conservação do património não é unicamente um assunto institucional, mas diz respeito a todos e cada um de nós.

É, pois, fundamental desenvolver projectos inovadores que propiciem parcerias Cultura/Educação/Turismo, entendidas na perspectiva da educação para a cidadania e da promoção de um turismo cultural atento e respeitador do património.

b) A prevenção de riscos maiores. Nos últimos anos têm-se intensificado situações de catástrofe: guerras, inundações, incêndios, terremotos, com repercussões muito significativas. É fundamental actuar a montante: prevenindo, prevenindo e organizando uma resposta adequada. Os planos de segurança, são instrumentos de gestão de risco que devem ser implementados nas instituições detentoras de acervos e colecções patrimoniais.

Mercê do trabalho desenvolvido no âmbito de projectos europeus, como o NOE em que participou a Região Norte, cada vez mais se entende o património de forma transversal e inserido na sua envolvente territorial, social e económica, no âmbito de um ordenamento simultaneamente preventivo (a nível dos riscos) e potenciador de oportunidades de fruição e de desenvolvimento.

c) Os fenómenos de alterações climáticas e a protecção do ambiente, que voltam a colocar no horizonte o desafio das condições de ambiente, desde os materiais de construção, de exposição e acondicionamento, à própria arquitectura dos museus, de forma a inverter a crescente

dependência de sistemas de climatização e de iluminação dispendiosos e agressivos. A investigação laboratorial é chamada a procurar materiais, produtos e métodos que sejam mais inócuos e “amigos do ambiente”. Por outro lado, o desenvolvimento de novas tecnologias e materiais, nomeadamente nos campos da iluminação e da climatização, que acarretem um menor dispêndio de energia e tenham uma relação de qualidade/eficácia/preço mais atractiva.

d) A procura de métodos de exame e análise não invasivos e portáteis incentivará o desenvolvimento de equipamento tecnológico e facilitará o seu acesso, numa base regional e transnacional.

e) A recuperação de suportes de registo e informação modernos, um desafio à conservação destes “outros” patrimónios e à gestão de equipas interdisciplinares alargadas a novos profissionais.

f) O investimento na aproximação entre os cientistas da conservação e os conservadores-restauradores, potenciando o impacto da investigação nas decisões e intervenções.

g) A preocupação em criar indicadores de medida para constituir instrumentos de monitorização e de avaliação aplicáveis às intervenções de conservação e requalificação do património e às inerentes políticas associadas: valorização económica, sustentabilidade e inclusão.

■ Oportunidades

Eixos estratégicos, planeamento, aposta em vertentes orientadoras para uma política consistente, a médio e longo prazo. E, depois ..., há que agarrar oportunidades, quando elas surgem. A 16ª Conferência Trienal do Comité da Conservação do ICOM, que se realizará em Lisboa em Setembro de 2011, trará visibilidade e projecção internacional ao trabalho desenvolvido no campo da conservação-restauro. Foram submetidas 124 propostas de artigos (*abstracts*) nacionais, num total de mais de 700, representando mais de 60 países.

Interessante verificar que, se a Pintura se mantém o Grupo de Trabalho do ICOM-CC que consistentemente, ao longo dos encontros, mais *abstracts* suscita, os da Investigação Científica e da Arte Contemporânea

registaram subidas significativas, tendo o da Conservação Preventiva, com 75 propostas, atingido, desta vez, o primeiro lugar.

Esta é, também, uma oportunidade de reflexão estratégica e profissional.

Jonathan Ashley-Smith, na interessante conferência que apelidou de “The Adolescence of the Profession”[1], efectuada em final de 2009, referia que tudo começou com: “people armed with cotton buds and scalpels which did things to objects”. “Then, worried that they were not being scientific enough called in the scientists. Eventually the two amalgamated and you had a scientifically trained person, wielding a scalpel, who still did physical things to objects”.

Depois, a tendência evoluiu para “... to care for the objects, maybe gently remove the dust, or even become a manager of dusters”. E, se bem que seja fundamental incorporar noções e comportamentos inerentes às grandes questões actuais (sustentabilidade...), “...we shouldn’t let ourselves, as we seem to be, slide into this generic “care mode” and abandon physical intervention and the other useful activities”.

■ O estado das coisas em Portugal

a) Um instituto central de restauro (se bem que integrado no IMC) com os seus recursos: humanos, técnico/científicos e documentais;

b) Três instituições de ensino superior conferindo licenciaturas, mestrados e doutoramentos em conservação e restauro, com os seus laboratórios e projectos de investigação, membros da rede europeia ENCoRE;

c) Uma associação profissional, membro da ECCO desde 2001, que conta com mais de 150 associados;

d) Um universo de centenas de conservadores-restauradores com um perfil académico e profissional correspondente às exigências definidas nacional e internacionalmente para o sector;

e) Uma lei do património que regulamenta as intervenções e os requisitos exigíveis aos profissionais;

f) Várias empresas e profissionais activos no mercado.

■ Olhando para o mundo real... (“the dark side of the moon”)

a) Não foi ainda possível erradicar formações inadequadas pelo que coexistem profissionais sem as qualificações actualmente exigíveis;

b) Uma larga percentagem dos profissionais não encontra trabalho na área;

c) Apesar da formação superior e da progressiva afirmação do papel do conservador-restaurador, a paridade com as outras profissões ligadas ao Património ainda está longe de ser uma realidade;

d) Nas últimas duas décadas assistiu-se a um progressivo desinvestimento nesta área.

Ora, para que o Estado possa desempenhar cabalmente a sua missão (nomeadamente o acompanhamento técnico e a fiscalização das intervenções no Património) era necessário que assegurasse um mínimo de condições e de recursos que facilitasse a renovação geracional num sector onde é necessariamente lenta a aquisição de experiência e de competências que permitam uma correcta abordagem à conservação patrimonial.

O desinvestimento já vem de longe, perdendo-se, a pouco e pouco, uma herança única de saberes, experiências e, talvez ainda mais grave, de memória das intervenções no património do país. Porque nesta área, tal como na medicina (e por isso a figura do médico de família, que conhece a história clínica do doente, é fundamental) cada caso é um caso e não há receitas/tratamentos universalmente válidos.

■ Transformando ameaças em oportunidades... Alguns tópicos

a) Parcerias nacionais e internacionais (universidades, laboratórios, instituições);

b) Novas formas de financiamento (privado, fundos comunitários...);

c) Investigação e Inovação;

d) Novas necessidades (perspectiva ambiental; “green approach”, sustentabilidade...);

e) Envolvimento e interacção com o público/utente/visitante. O “ganhar uma geração para o Património”.

f) Uma gestão territorial mais próxima, criando oficinas em alguns museus/monumentos tutelados pelo IMC e IGESPAR (ou, eventualmente, nas Direcções Regionais de Cultura), a funcionar em estreita ligação com o Laboratório e Departamento centrais (IMC) e podendo beneficiar dos recursos das instituições de ensino superior que desenvolveram valências nesta área, nas respectivas regiões de influência.

De certa forma, reabilitar a ideia dos antigos centros regionais do IPPAR, uma medida importante dentro de uma estratégia nacional de conservação do Património e de acompanhamento técnico e fiscalização que o Decreto-Lei n.º 140/09 impõe ao IMC e IGESPAR. Aliás, poderia ser equacionada uma certa especialização conforme as tipologias de património “mais abundante” das zonas de acção e influência dessas oficinas. Esta medida, para além de fundamental para as instituições regionais, que passariam a dispor de técnicos para assegurar a conservação das suas colecções e a fiscalização técnica das intervenções no Património local, era importante para estimular o emprego nesta área.

■ Conclusão

Talvez (e retomando a imagem de Ashley Smith) nos encontremos numa fase do processo de crescimento, com os seus altos e baixos, as suas crises e recomeços.

Para concluir, diria que o caminho a seguir nesta área não difere muito do das outras actividades: apostar na prevenção, na investigação e na formação, promover parcerias estratégicas (nomeadamente com as Universidades) que potenciem e rentabilizem recursos, definir prioridades e investir na sustentabilidade das intervenções.

E, por outro lado, renovar e refrescar os recursos humanos pois o mundo que conhecemos está a mudar vertiginosamente e temos de encarar com optimismo a capacidade de adaptação e de resposta das novas gerações.

■ Referência

- 1 Ashley-Smith, J., *The Adolescence of the Profession*, <http://www.royalacademy.org.uk/education/conservation-principles-dilemmas-and-uncomfortable-truths,1104,AR.html> (consultado em 22-3-2010).

Recebido: 21 de Junho de 2010

Versão revista: 9 de Setembro de 2010

Aceite: 9 de Setembro de 2010